







240  
1805

U ELREY. Faço saber aos que este Alvará com força de Ley virem : Que havendo chegado á Minha Real Presença multiplicadas, e successivas queixas dos Meus fiéis Vassallos habitantes nos Territorios das partes interiores do Estado do Brasil ; manifestando nellas por hum grande numero de factos evidentes , que o meio dos recursos para os Juizos da Coroa da Bahia , e Rio de Janeiro , tinha demonstrado huma triste , e ruinosa experiencia , que já não podia soccorrellos , util , e opportunamente ; porque sendo vexados em partes distantes das mesmas Relações muitos centos de legoas por caminhos pouco praticaveis , e trilhados , e com as passagens de rios em grande parte excessivamente caudalosos : Resultando de tudo , aos que por elles são forçados a transitar , trabalhos superiores ás forças da natureza humana , e despezas , que excedem as faculdades ainda das pessoas mais ricas , e abastadas ; dando todas estas difficuldades ansa , e ousadia , a alguns Juizes Ecclesiasticos , para que esquecendo-se das obrigações do seu respeitavel estado , e das que lhe impoem o Direito Divino , e Natural , e os Sagrados Canones : E deixando-se possuir pela cega cubiça da usurpação dos bens temporaes ; se precipitem nos maiores excessos de violencia , e nos mais escandalosos abusos de jurisdicção , para sustentarem com frivolas censuras os seus nocivos attentados : Animando-se ainda mais para os commetterem com o claro conhecimento , que tem , de que as partes por elles espoliadas costumão ter por menor mal o soffrimento de tão intolleraveis vexações , do que as diligencias de irem bulcar o remedio a tão grandes distancias , por tão longos , e asperos caminhos , e com tantas despezas ; para no fim de tudo lhes chegar o mesmo remedio tão tarde , que quando chega , já lhes não aproveita ; depois de haverem sido arruinados ; de sorte que só no districto de huma Vigairaria no espaço de dous annos foi necessario interpôr quarenta recursos de violencia , e usurpação de jurisdicção. Tendo ouvido sobre esta materia , e sobre a urgente necessidade publica , que resulta de tudo o referido , a muitos Ministros do Meu Conselho , e Desembargo ; conformando-

D me

me com o seu parecer: Hey por bem ordenar, que em toda a parte do Brasil, onde houver Ouvidores, se formem Juntas da Justiça, nas quaes deve servir de Presidente, e Relator o mesmo Ouvidor, para deferir aos recursos com dous Adjuntos, os quaes haõ de ser os Ministros Letrados, que estiverem na terra; e naõ o estando, seraõ Adjuntos os Bacharéis formados, que o Ouvidor nomear na mesma fórma que se praticava antes do estabelecimento das sobreditas Relações nos seus respectivos Territorios, e está ainda praticando nas Capitanias do Graõ Pará, e Maranhão, e de Angola. E por quanto este remedio naõ seria efficaç, antes padeceria os mesmos inconvenientes, que se pertendem evitar, se a execução dos provimentos dados nas Juntas da Justiça, sobre os recursos dependessem de outras diligencias, formalidades, ou despachos: Hey outro sim por bem, que os ditos provimentos se cumprãõ logo que sobre a segunda carta rogatoria se decidir na Junta, que fora bem passada a primeira, sem que seja necessario esperar pela decisaõ ultima do Assento da Mesa do Paço da respectiva Relação: Devendo as sobreditas Juntas em execução dos seus provimentos proceder logo a occupar as temporalidades da maneira, que procederiaõ, se sobre as cartas estivesse já tomado assento: Ficando com tudo salvo aos Juizes Ecclesiasticos recorridos o direito de procurarem a reformação dos sobreditos provimentos, parecendo-lhes, ou na Relação do Territorio, ou neste Reino na Mesa do Desembargo do Paço: O que porém se entenderá, sem que as Partes, que obtiverãõ os provimentos sejaõ obrigadas a procurar esta ultima providencia: E sem que a execução dos ditos provimentos tenha dependencia destes ultimos Assentos, pelos quaes se procederá depois á execução contra os recorrentes, nos casos em que venha a julgar-se, que foram mal passadas as Cartas das referidas Juntas da Justiça, e os provimentos dellas menos justos, do que deveram ser.

E este se cumprirá como nelle se contém sem duvida, ou embargo algum, que a elle seja, ou haja de ser posto, naõ obstantes quaesquer Leys, Decretos, Regimentos, ainda das Relações, Disposições, Resoluções, ou Determinações em contrario, que todas de Meu Motu Proprio,  
Certa

Certa Sciencia, Poder Real Pleno, e Supremo, Hey por cassadas, irritas, e de nenhum vigor para este effeito sómente, ficando aliás na sua força : E debaixo das mesmas clausulas Ordeno, que este valha como Carta passada pela Chancellaria, posto que por ella não passe, e que o seu effeito haja de durar hum, e muitos annos, não obstante as Ordenações, que o contrario determinão.

Pelo que mando á Mesa do Desembargo do Paço, Regedor da Casa da Supplicação, Governador da Relação, e Casa do Porto, Conselho Ultramarino, Vice-Rey, e Capitão General de Mar, e Terra do Estado do Brasil, Governadores, e Capitaens Generaes do mesmo Estado, Chancelleres das Relações delle, e a todos os Ouvidores, Juizes de Fóra, e mais Justiças do dito Estado, cumpraõ, e guardem este meu Alvará com força de Ley, e o fação inteiramente cumprir, e guardar, e Registrar em todos os livros das suas respectivas jurisdicções, a que pertencer. Dado no Palacio de Nossa Senhora da Ajuda, a 18 de Janeiro de 1765.

## R E Y.

*Francisco Xavier de Mendoça Furtado.*

**A**lvará com força de Ley, porque Vossa Magestade ha por bem ordenar, que em toda a parte dos Estados do Brasil, onde houver Ouvidor se formem Juntas de Justiças, para deferir aos Recursos : E que os provimentos, que nellas se tomarem, se cumpraõ logo que sobre a segunda  
Carta

2B  
P8539  
1765  
2  
70-610-42  
Wormser  
1-512E  
sept. '69

*Carta Rogatoria se decidir na dita Junta, que fora bem passada a primeira Carta, sem que seja necessario esperar pela decisaõ ultima do Assento da Mesa do Paço da Respectiva Relação; tudo na fôrma, que assim se declara.*

Para Vossa Magestade ver.

*João Baptista de Araujo o fez.*

Registado na Secretaria de Estado dos Negocios do Reino, no livro das Cartas, Alvarás, e Patentes a fol. 163. Nossa Senhora da Ajuda, a 4 de Fevereiro de 1765.

*João Baptista de Araujo.*

Impresso na Officina de Miguel Rodrigues.



